

Ano 11 | Número 111 | Outubro de 2014

Empresa **Brasil**



ELEIÇÕES

**Brasil vai às urnas
para eleger o novo
presidente da
República**



PARA A CACB, REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE TER PRIORIDADE NO PRÓXIMO GOVERNO



DIRETORIA DA CACB

TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE INTERINO

Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES

Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO

Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR-FINANCEIRO

George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES

Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Rodrigo Paolillo

GERENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR CBMAE/INTEGRA

Valério Souza de Figueiredo

COORDENADOR DO PROGERECS

Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Marcelo Melo

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE

Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS

Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA

Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB

Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9º andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF

Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71.200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACIMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP

Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Noroeste Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

- O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Uma eleição crucial

No dia 26 deste mês, por volta das 17h, se as pesquisas de boca de urna estiverem corretas, vamos ficar sabendo quem será o novo presidente da República. Segundo o TSE, 142,8 milhões de eleitores estão habilitados a votar neste ano, o que representa um crescimento de 5,17% no eleitorado brasileiro. Não somente pelo número de eleitores, mas pela sua importância para o futuro do Brasil, essas eleições serão cruciais. Acima de quaisquer outras demandas estará em jogo a concepção de Estado que queremos. É preciso, antes de tudo, garantir aquele Estado que se comprometa com a preservação dos direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens. Um Estado que ofereça à sua sociedade educação pública de qualidade, saneamento básico, segurança, transporte público, saúde pública universal e decente. Enfim, um Estado garantidor de direitos.

Em 2010, a CACB entregou aos candidatos à Presidência da República o livro "Propostas para o próximo presidente", com as demandas da classe empresarial. Há quatro anos, nossas reivindicações ao novo presidente eram reduzir os custos, baixar os impostos, realizar um pacto para uma nova lei do trabalho, diminuir os déficits da Previdência e implantar uma verdadeira reforma política.

Neste ano, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) elaborou documento semelhante com as demandas a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Diante do anúncio do IBGE de que a economia brasileira teve uma retração de

0,2% no primeiro trimestre e 0,6% no segundo, damos destaque à necessidade de uma retomada nos investimentos.

Ao mesmo tempo que o PIB encolheu, a inflação disparou e o Brasil não tem poupança suficiente para bancar grandes projetos. A taxa da poupança em relação ao PIB não chega a 16%. É muito pouco.

Como não há mais espaço para aumento da carga tributária, será inevitável uma forte contenção dos gastos do governo. O novo governo terá que fazer logo no início um forte ajuste nas finanças públicas, enquanto paralelamente procura viabilizar as parcerias com o setor privado para atacar os gargalos que vêm onerando o setor produtivo e os cidadãos. Para isso será fundamental restabelecer a confiança de empresários e consumidores, com um programa de ajuste fiscal crível e uma agenda de reformas que, mesmo implementadas gradativamente, sinalize para os agentes privados perspectivas de retomada do crescimento.

É indispensável atrair o investimento privado para que o Brasil possa retomar o rumo do desenvolvimento. Mas boa intenção não basta. Mudanças estruturais e estratégicas precisam ser feitas para que o país se aproxime de um crescimento em torno de 4% ao ano.

As associações comerciais vão acompanhar esse processo e continuar trabalhando pelo desenvolvimento político, econômico e social do Brasil, sem prejuízo de sua missão de defender a livre iniciativa como condição necessária para preservar a liberdade de escolha dos cidadãos e a maior eficiência da economia.



Rogério Amato, Presidente interino da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil



Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: Roberto Stuckert Filho/PR
Revisão: Flávio Dotti Cesa
Colaboradores: Cyntia Menezes e Marcelo Melo
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

Mudanças estruturais e estratégicas precisam ser feitas para que o país se aproxime de um crescimento em torno de 4% ao ano.

5 PELO BRASIL

Cai a exigência das certidões negativas nas Juntas Comerciais.

8 CAPA

Brasil escolhe seu 37º presidente da República.

12 CASE DE SUCESSO

Com metodologia do Empreender, programa recentemente lançado deverá integrar diversas entidades em prol do desenvolvimento no oeste do Paraná.

14 FEDERAÇÕES

Alfredo Zamlutti Júnior, novo presidente da Federação do Mato Grosso do Sul, propõe parcerias para incentivar o desenvolvimento das empresas ligadas à entidade.

17 CONJUNTURA

O Brasil parou de crescer.

18 DESTAQUE CACB

CACB entrega livro aos candidatos à Presidência da República com *Propostas para o próximo presidente*.

20 EMPREENDEDORISMO

Apoio a empresários e técnicos ajuda crescimento de empresas

22 PROGERECS

Soluções em Nuvem com Emissor Gratuito NFC-e foi o case de sucesso em Cuiabá (MT).

24 CBMAE

Câmara planeja ações por meio de método de negócios inovadores.

26 LEGISLAÇÃO

Governo prepara subfaixas de tributação dentro do Supersimples.

28 AGRONEGÓCIO

Encadeamento produtivo desenvolve PMEs no oeste catarinense.

30 LIVROS

Em *A Busca*, Daniel Yergin se propõe a responder aos grandes desafios do mundo para o aumento da demanda de energia.

31 ARTIGO

Rosival Moreira Fagundes escreve sobre o perfil do microempreendedor no Brasil.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL

Olimpíadas 2016. Oportunidades para os pequenos negócios.



Na edição de 2013, em Curitiba, a Convenção Anual Faciap atraiu cerca de mil participantes

Faciap abre inscrições para a 24ª Convenção Anual

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap) realiza, de 19 a 21 de novembro, no Recanto Cataratas, Thermas, Resort e Convention, em Foz do Iguaçu, a 24ª edição do maior evento empresarial do Paraná. Além de abordar o tema “Desenvolver para Gerar Emprego e Renda”, o evento marca o final do mandato do presidente Rainer Zielasko, que esteve à frente da Federação por quatro anos.

No último ano, o PIB do Paraná cresceu 5%, acima da média nacional. Porém há diversas áreas, como os Territórios da Cidadania, que ainda figuram entre os locais com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da média nacional e que necessitam de políticas de desenvolvimento local. Pensando nisso, a 24ª Convenção Faciap discutirá, em sua programação, as ações realizadas por diversas entidades paranaenses e modelos de cooperação internacional.

Cai a exigência das certidões negativas nas Juntas Comerciais

Desde 11 de setembro, as empresas estão dispensadas de apresentar nas juntas comerciais certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas. Com isso, para dar a baixa de seus registros e inscrições, o empresário precisará ir apenas a uma Junta Comercial após o encerramento das suas operações. Caso sejam identificados débitos tributários nas empresas encerradas, os sócios serão responsabilizados como já previsto na regra atual.

A medida foi estabelecida por meio das Instruções Normativas 25 e 26 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei) da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE). A nova norma é baseada na Lei 147/2014, e tem como objetivo simplificar o registro nas Juntas Comerciais de todo o Brasil.

CACB apoia Câmaras de Comércio da Colômbia

Em decorrência do sucesso da segunda etapa de internacionalização do Empreender, realizado pela CACB e Sebrae, surgiram muitas solicitações de implantação dos trabalhos com núcleos setoriais. Assim, 17 novos facilitadores de 13 câmaras de comércio diferentes foram formados em agosto, beneficiando

também as câmaras de La Dorada, Guajira, Túmaco, Duitama, Cartago, Medellín, Chinchina, Facatativa, Pereira, Santa Marta, Barranquilla.

O projeto prevê a transferência de conhecimento da metodologia do Empreender para entidades empresariais ou de apoio aos pequenos empreendimentos. A ideia é prepa-

rar técnicos dos países para conduzir o projeto de núcleos setoriais nas entidades dos países selecionados. Os multiplicadores, além de coordenar as atividades e a metodologia de desenvolvimento dos núcleos setoriais, também são capacitados para preparar novos consultores em seus respectivos países.

Semana da Conciliação recupera mais de R\$ 400 mil

Promovida pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (Acicg), através da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem de Campo Grande (CBMAE) e do Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual (PACE), a IV Semana de Conciliação, realizada de 11 a 15 de agosto, promoveu 296 audiências. A taxa de sucesso foi de 83%, resultado da soma de acordos das audiências e também de negociações feitas diretamente nos estabelecimentos participantes do evento. Graças à iniciativa de unir as duas partes para resolverem uma pendência financeira, a IV Semana de Conciliação promoveu a negociação de mais de R\$ 435 mil.

Apesar de as dívidas serem os problemas mais comuns, qualquer



Luciano Muta/divulgação

tipo de conflito pode ser resolvido na CBMAE, como questões de direito de família, desentendimentos com vizinhos, em condomínios, ou entre sócios e até questões de ação penal privada, como calúnia e difamação.

IV Semana de Conciliação teve taxa de sucesso de 83%

Desembargadora defende reforma trabalhista

As relações formais do trabalho estão desatualizadas e custam muito aos empregadores. Em decorrência da modernização das relações de trabalho e da globalização, a desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Yone Frediani, defende uma reforma trabalhista que permita fazer valer os novos conceitos e relações trabalhistas que vigoram hoje. A proposta foi detalhada durante o Meeting Jurídico, promovido pela



Federação das Associações Comerciais e de Serviço do Rio Grande do Sul (Federasul), em 28 de agosto.

A globalização dos mercados e a competitividade internacional incentivaram significativas mudanças nessas relações e no perfil dos empregados. Por conta do avanço da tecnologia nos ambientes empresariais, é preciso revisar a subordinação estrutural e o vínculo de emprego. “O mercado global modificou as relações e houve uma necessária multiplicação de contratos autônomos e atípicos em detrimento da relação de emprego”, explicou.

PMEs ganham posto avançado da Junta Comercial no DF

O atendimento a micro e pequenos empresários do Distrito Federal dá mais uma passo rumo à desburocratização. Trata-se da inauguração do primeiro posto avançado de unidade descentralizada, uma ação realizada pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), em parceria com a Associação Comercial do DF (ACDF).

Segundo o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, a unidade vai facilitar a vida do empresário de Brasília e diminuir a burocracia no processo de abertura de empresas. “Em setembro vamos implementar no Distrito Federal um projeto-piloto de um novo modelo de fechamento



Ministro Guilherme Afif Domingos posa ao lado de Cléber Pires, presidente da ACDF

de empresas, que vai possibilitar a baixa automática. Vamos implementar também, até final de novembro, a abertura de empresas em um prazo de até cinco dias em todo o Distrito Federal”, destacou Guilherme Afif.

George Teixeira recebe o prêmio Mérito Empreendedor

O diretor financeiro da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), George Teixeira, foi homenageado em 28 de agosto, com o Prêmio Mérito Empreendedor, pela categoria Personalidade. Teixeira foi representado pelo coordenador nacional do projeto Integra, Valério Figueiredo. A premiação ocorreu no Museu da República, em Brasília (DF).

O evento, realizado pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Distrito Federal, tem como finalidade homenagear pessoas e empresas que se destacaram no cenário empresarial e sociopolítico

do DF e entorno. De acordo com o presidente da Facidf, Francisco de Assis Silva, o diretor da CACB é um homem de grandes feitos.

Desde 2008, Teixeira ocupa a presidência da Federação das Associações Comerciais do Acre – Federacre, cargo que galgou a partir da década de 1970, tendo ocupado várias funções na diretoria da Associação Comercial do Acre (ACA), entidade que presidiu por três mandatos e da qual é o 1º vice-presidente. O empresário também é membro fundador de diversas entidades empresariais, consagrando-se como exímio catalisador da livre iniciativa.

Federaminas facilita acesso ao Certificado de Origem a exportadores

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) tornou disponível mais um serviço a empresas exportadoras mineiras: o Certificado de Origem, documento de emissão online que garante a procedência de mercadorias e serviços vendidos ao mercado externo.

Indispensável para comprovação da origem das mercadorias, produtos ou serviços a serem exportados, o Certificado de Origem evita a ocorrência de distorções no comércio. O acesso às vantagens estabelecidas no esquema preferencial e a facilidade no intercâmbio de mercadorias são algumas razões que levam um conjunto de países, que integram um esquema preferencial, a determinar normas de origem.

O serviço é disponibilizado pela Federaminas em parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e utiliza o Sistema ECO, uma plataforma simples, segura e ágil para emissão de certificados de origem.



Dilma Rousseff



Marina Silva



Aécio Neves

Brasil escolhe seu 37º presidente da República

Dos 11 candidatos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) disputam vaga para concorrer com Dilma Rousseff (PT) no segundo turno marcado para o dia 26

Mais de 146,8 milhões de eleitores irão às urnas neste mês de outubro para eleger o 37º presidente da República, que deverá exercer o 30º mandato da história republicana brasileira. Dos 11 candidatos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), três deles, de acordo com as pesquisas, têm chances de chegar ao segundo turno, marcado para o dia 26: Dilma Rousseff (PT), atual presidente; Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB).

No campo da macroeconomia, entre os principais pontos do programa de governo do PT é destacada a manutenção da estabilidade econômica, ampliação do emprego formal

e a continuidade da política de salário mínimo, além de uma reforma tributária que simplifique os tributos e desonere a folha de salários.

A candidata defende ainda uma posição intransigente no combate à inflação e que proporcione um crescimento econômico e social robusto e sustentável. Um crescimento econômico estimulado pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico sólido e dinâmico graças à expansão dos investimentos em infraestrutura.

Tripé macro

A candidata Marina Silva promete adotar o cumprimento inequívoco dos compromissos do tripé macro:

inflação na meta, superávit primário e câmbio flutuante. O objetivo maior do programa, segundo o PSB, é criar no Brasil um ambiente de menos incerteza e maior segurança.

Defende ainda a autonomia operacional do Banco Central, que irá levar a taxa de inflação à meta de 4,5% ao ano. Uma vez atingida, a meta será reduzida gradualmente, assim como a banda de flutuação, atualmente em mais ou menos 2%.

O PSB menciona ainda a geração de um superávit primário suficiente para, gradualmente, reduzir as dívidas líquida e bruta em comparação ao PIB. A inclusão, no cálculo dos gastos públicos do governo, de todas as despesas, subsídios e desonerações, sem uso de quaisquer artifícios. E a criação de ambiente de segurança jurídica, com respeito aos contratos, e de atração de investimentos para o país.

Menos incerteza

Aécio Neves, do PSDB, promete adotar o tripé macro: inflação no centro da meta, superávit primário e câmbio flutuante. O objetivo maior do candidato é criar no Brasil um ambiente de menos incerteza e maior segurança, compatível com taxas de juros real e nominal significativamente mais baixas que as atuais e com a média histórica dos países mais avançados.

Defende ainda a autonomia operacional do Banco Central. A geração de um superávit primário suficiente para, gradualmente, reduzir as dívidas líquida e bruta em comparação ao PIB. E a criação de ambiente de segurança jurídica, com respeito aos contratos, e de atração de investimentos para o país.

CACB defende a reforma tributária como prioridade

A reforma tributária, na opinião dos líderes da CACB, deve ser uma das prioridades do novo governo que toma posse em 1º de janeiro de 2015. Como contribuição ao tema, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) divulgou documento denominado Proposta de Simplificação e Racionalização do Sistema Tributário Brasileiro.

Produzido sob a coordenação da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o texto foi elaborado por um grupo de trabalho composto pelo Instituto Brasileira de Ética Concorrencial, pela Federação de Bens e Serviços de São Paulo e pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo.

Medidas sugeridas

Entre as medidas sugeridas na PEC está o veto à edição de medida provisória sobre matéria tributária, para evitar excessos legislativos do Executivo. A proposta argumenta que a Emenda Constitucional 32, de 2001, que proíbe o aumento ou redução de impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito e imposto extraordinário previsto para os casos de guerra externa ou sua

iminência (previsto pelo artigo 154 da CF), não foi suficiente para restringir as mudanças.

Para diminuir a insegurança jurídica, é sugerido que o prazo mínimo para que se inicie a exigibilidade do tributo seja de seis meses, e não os 90 dias previstos pela Constituição. As entidades defendem, ainda, a revogação do impedimento de contratação pelo governo ou de concessão de benefícios a empresas em débito com o sistema de seguridade social.

Já nos anteprojeto de lei, são reivindicadas a regulamentação de financiamentos e re-financeiros de débitos tributários e a restrição de anistia para que esse tipo de benefício seja concedido apenas em casos de calamidades e dívidas de pequeno valor. Também é sugerida a obrigatoriedade de a Fazenda Pública publicar, no exercício anterior, os critérios da malha fina, além da fixar valores máximos para as multas. “Essas medidas irão diminuir a burocracia e trazer agilidade. Sobre as multas, não há como pagar tantas. Isso nunca vai ser recebido. Além disso, empresas estrangeiras consideram isso um fator de risco sem medida”, apontou o presidente interino da Confederação, Rogério Amato.

Impostômetro ultrapassa marca de R\$ 1 trilhão

No dia 12 de agosto, o impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) registrou a marca de R\$ 1 trilhão. A quantia foi paga pelos brasileiros desde 1º de janeiro de 2014 em impostos, taxas e contribuições para União, Estados e municípios. Neste ano, o valor de R\$ 1 trilhão chegou 15 dias antes do que em 2013 – o montante foi alcançado no dia 13 de setembro, 35 dias antes que no ano retrasado. Isso indica aumento da carga tributária. Estudo da ACSP revelou que nos últimos 14 anos a carga tributária brasileira anual saltou de R\$ 350 bilhões em 2000 para R\$ 1,53 trilhão até 13 de dezembro de 2013 – um aumento de 334%. O estudo aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2000 a 2012 cresceu 273,3%. Na mesma base de comparação, o aumento na carga tributária per capita foi de 284,3%. “Se analisarmos a carga tributária como porcentual do PIB, esses impostos representam 35,3%. Em 2000 este porcentual era de 30,4%”, diz o levantamento. Caracterizado por onerar proporcionalmente os mais pobres em relação aos mais ricos, o sistema tributário brasileiro provoca um tipo mais profundo de injustiça. Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) intitulado “As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda” reve-



Neste ano, o valor de R\$ 1 trilhão chegou 15 dias antes do que em 2013

lou que os impostos punem mais os negros e as mulheres em relação aos brancos e aos homens.

O levantamento cruzou dados de duas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo baseou-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que fornece dados sobre a renda das famílias, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que capta informações demográficas como raça e gênero.

Segundo o levantamento, os 10% mais pobres da população comprometem 32% da renda com o pagamento de tributos. Para os 10% mais ricos, o peso dos tributos cai para 21%.

ARTIGO

Programas econômicos de Aécio e Marina apresentam semelhanças

Marcel Grillo Balassiano,

da FGV-IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), especial para Empresa Brasil

Os programas econômicos dos candidatos de oposição Aécio Neves e Marina Silva apresentam semelhanças entre si, e as suas leituras sobre a conjuntura macroeconômica divergem do quadro apresentado no programa da candidata à reeleição, Dilma Rousseff.

O programa do candidato do PSDB diz que, caso eleito, vai “adotar o cumprimento inequívoco dos compromissos do tripé macro: inflação na meta, ou seja, no centro da meta, superávit primário obtido sem artifícios contábeis e câmbio flutuante”.

A candidata Marina Silva também fala em recuperar o tripé macroeconômico, enquanto que o programa da Dilma diz que a “política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do país; na inflação baixa e estável; no



rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre Estado e iniciativa privada”.

Isso não foi exatamente o que aconteceu, já que o governo Dilma iniciou o seu mandato em 2011 com a Selic em 10,75%, e agora está em 11,0%; a taxa média de inflação do governo Dilma deve ser maior do que 6,0% (mesmo com os preços administrados represados), com um crescimento médio do PIB de 1,6%, e uma gestão fiscal marcada pela “contabilidade criativa”. Tanto Aécio quanto Marina afirmam, respectivamente, em seus programas que as contas públicas serão “sem uso de quaisquer ar-

tifícios” e que vão “acabar com a maquiagem das contas, a fim de que elas reflitam a realidade das finanças do setor público”.

Enquanto Aécio se compromete com a autonomia operacional do Banco Central, Marina se compromete em assegurar a independência do Banco Central “o mais rapidamente possível, de forma institucional, para que ele possa praticar a política monetária necessária ao controle da inflação”. Para isso, “haverá regras definidas, acordadas em lei, estabelecendo mandato fixo para o presidente, normas para sua nomeação e a de diretores, regras de destituição de membros da diretoria, dentre outras deliberações”.

Dilma já afirmou que é contrária à independência formal da autoridade monetária. Aécio também diz que além de ter o compromisso com a inflação na meta (atualmente de 4,5%), quer reduzi-la.

Por fim, sabemos que Armínio Fraga será o “homem-forte” da economia no caso da vitória do Aécio; Eduardo Giannetti é um conselheiro importante da Marina (mas afirma que não vai ser ministro); e o ministro Guido Mantega não continuará no seu posto, caso a Dilma seja reeleita.



Ação integrada pretende acelerar economia no oeste do Paraná

Com metodologia do Empreender, iniciativa atuará fortemente nas cadeias produtivas da região

Uma das regiões mais promissoras do Brasil, o oeste do Paraná conta agora com o respaldo técnico de uma metodologia inovadora, que pretende acelerar ainda mais os bons indicadores e multiplicar as oportunidades de renda e emprego da região. É o Programa Oeste em Desenvolvimento, uma ação de governança regional que busca promover o desenvolvimento econômico por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores, públicos e privados, para o planejamento e a implantação de uma estratégia de desenvolvimento integrada.

O objetivo é integrar as iniciativas, projetos e as ações existentes das diversas instituições que buscam o desenvolvimento na região, como a parceria com o sistema da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) por meio da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (Caciopar); Sebrae/PR; Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI); Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop); a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), cooperativas e universidades, entre outros.

Para o presidente do Conselho Consultivo da Caciopar, Mário Cesar Costenaro, o programa é importante

porque não é excludente e propicia a participação de empresas e instituições.

Para o coordenador executivo do Empreender, Carlos Rezende, “esta é uma ação que visa apoiar o empreendedorismo e que sabe o poder que tem o empreendedor da região para o desenvolvimento econômico”.

Rezende lembra que o programa Oeste em Desenvolvimento é uma evolução do programa Obra Nota 10, realizado pelo Sebrae em parceria com Associações Comerciais, e que desenvolveu a cadeia da construção do civil na região de Cascavel, no Paraná, criando núcleos de eletricitistas, lojas de material de construção, lojas de materiais elétricos, imobiliárias, lajes e pré-moldados, entre outros. “Do programa Obra Nota 10 surgiu o projeto Redes Empresariais de Negócios, usado para disseminar os núcleos setoriais nos países da América do Sul mediante convênio com o Sebrae, utilizando a metodologia do Empreender para trabalhar as cadeias produtivas”, comenta.

Foco

O programa propõe a regionalização do território atuando fortemente em suas cadeias produtivas, o que significa considerar não apenas o produto final ou um dos elos que a compõem, mas sim toda a dinâmica da cadeia e o grau de integração entre os elos. A partir dos indicadores regionais foi realizado o diagnóstico econômico que apontou as principais cadeias presentes na região.

O critério para a escolha das cadeias produtivas baseou-se na análise de custo-benefício, sendo dada prioridade àquelas que trariam melhor bene-

fício líquido para a sociedade do Oeste paranaense, a partir dos investimentos econômicos e políticos das instituições envolvidas com a governança do Programa Oeste em Desenvolvimento.

Assim, chegou-se a quatro cadeias produtivas: 1) Proteína Animal (com ênfase nas carnes de ave, suíno e pescado e nos laticínios); 2) Agroalimentar de base vegetal (com ênfase na produção de grãos e amido para a alimentação humana); 3) Turismo; e 4) Material de Transporte.

Não por acaso, são as atividades que mais geram empregos. Dos cerca de 310 mil empregos formais em 37.099 estabelecimentos do Oeste do Estado, mais de 51 mil (17%) são gerados pela cadeia produtiva agroalimentar; 4 mil pela cadeia produtiva farmacêutica; 3 mil pela cadeia produtiva de material de transporte; e quase 9 mil pela cadeia produtiva do turismo.

Agronegócio é o carro-chefe da economia

O agronegócio, que representa a produção e a industrialização dos produtos agrícolas e da pecuária, é o carro-chefe da economia do Oeste paranaense. Em 2013, os principais municípios da região exportaram o equivalente a 1,4 bilhão de dólares, 11% a mais do que em 2012, enquanto no Paraná as exportações subiram 3% e, no Brasil, houve uma pequena queda em 2013, de 0,16%, em relação a 2012.

Nas exportações do Oeste, o maior peso é o da avicultura, mais de um terço das exportações, que vão desde o frango congelado até pedaços e miudezas. Depois, vem a soja, que em 2013 representou 152 milhões de dólares em exportações.



Para o presidente do Conselho Consultivo das Associações Comerciais do Oeste do Paraná (Caciopar), Mário Cesar Costenaro, o programa é importante porque não é excludente e propicia a participação de empresas e instituições

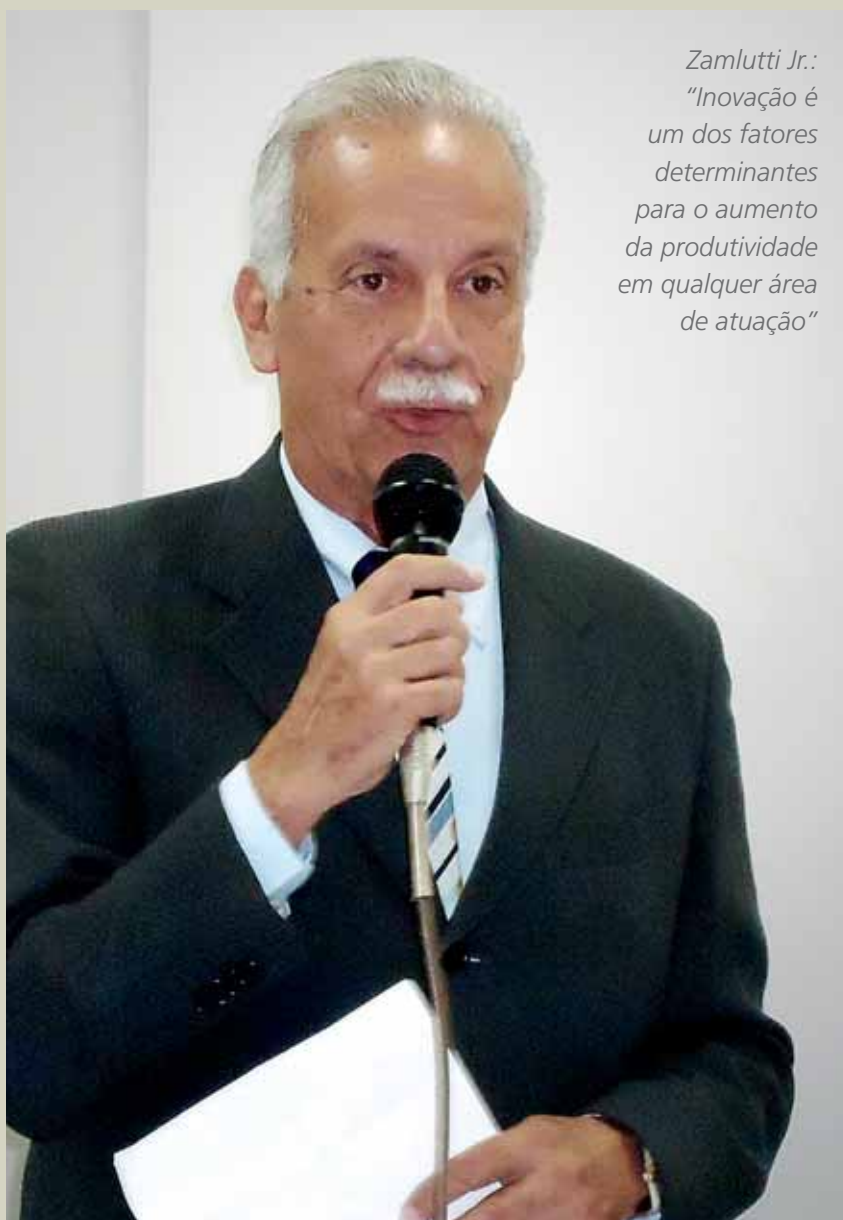
ERRAMOS: Na edição 110 da revista *Empresa Brasil*, na editoria *Case de Sucesso*, há um erro na matéria “ACI Brusque promove Festival Nacional de Cucas no Paraná”. A cidade de Brusque é localizada em Santa Catarina e não no Paraná, como foi citado. A matéria relata o 1º Festival Nacional de Cucas, evento realizado pelo Núcleo de Panificadores e Confeitarias da Associação Comercial de Brusque (ACIBr), em parceria com a prefeitura de Brusque e a Secretaria de Turismo.

Federação do Mato Grosso do Sul propõe parcerias para **aumentar produtividade**

Com novo planejamento estratégico, Faems inicia mudança radical

Eleito em 26 de abril deste ano para comandar a Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul (Faems) no triênio 2014/2017, o empresário e pecuarista Alfredo Zamlutti Jr. afirma que sua gestão terá a missão de “criar uma Federação praticamente do zero”, devido às inúmeras dificuldades desde a sua criação em 1978. “Temos muitas oportunidades e ameaças no ambiente empresarial. Precisamos definir claramente quais são nossos objetivos, missão e valores para que possamos chegar a um desempenho com excelência.”

De acordo com Zamlutti, para sanar as fraquezas das associações filiadas é necessária a realização de parcerias com outras federações comerciais, tais como a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, além do Sebrae. “Consideramos que a parceria com as demais federações é a meta mais importante da nossa administração. Como consequência, haverá o fortalecimento das



*Zamlutti Jr.:
“Inovação é
um dos fatores
determinantes
para o aumento
da produtividade
em qualquer área
de atuação”*

entidades do interior e da própria Federação”, avalia.

“Temos observado há algum tempo que as entidades das cidades menores têm grande dificuldade de sobrevivência devido à falta de recursos, porque o universo empresarial é muito tímido”, declara. Segundo o presidente, a capilaridade da Federação vai propiciar a realização de ações de porte, contribuindo para uma melhor consolidação de todo o setor produtivo em Mato Grosso do Sul.

Desde que tomou posse da presidência da Federação, Zamlutti vem se empenhando em cumprir suas propostas. Uma delas, em menos de 60 dias depois da posse da nova diretoria, foi a mudança da sede da entidade, que até então vinha funcionando numa sala emprestada pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (Acicg).

Com objetivo de planejar o futuro da entidade, a Federação realizou um workshop, em setembro, para a elaboração do planejamento estratégico da entidade. O trabalho, realizado em parceria com o Sebrae-MS, teve o envolvimento da diretoria e dos diretores regionais.

A partir dos próximos meses, os programas de ação e as formas de execução resultantes do processo de planejamento estratégico se transformarão nas premissas básicas para o desenvolvimento da Federação e suas filiadas. A seguir, leia os principais trechos de sua entrevista a Empresa Brasil:

Empresa Brasil: De que forma o senhor pretende privilegiar a

inovação e a produtividade nesse novo método de administrar a Federação?

Alfredo Zamlutti: Sabemos que a inovação é um dos fatores determinantes para o aumento da produtividade em qualquer área de atuação. Assim chegamos à conclusão de que a interação com as federações de outros setores da economia local poderá nos fornecer as ferramentas tecnológicas necessárias para o desenvolvimento das empresas ligadas à Federação. Isso pode iniciar-se pela capacitação de colaboradores, passando pela sugestão de tecnologias voltadas para o atendimento aos consumidores ou tomadores de prestação de serviços. Estamos inovando com essa proposta de atuação compartilhada com as demais federações como ponto de partida para chegar à produtividade com excelência.

Em sua opinião, quais devem ser as prioridades na agenda empresarial do país?

Temos que avançar em busca de uma reforma tributária definitiva para que em sua esteira surja uma política fiscal mais justa. A política monetária tem que ser mantida com liberdade para o Banco Central. Não podemos abandonar a viabilização da reforma da Previdência e temos que encontrar o melhor caminho para uma completa reforma trabalhista. A infraestrutura está caótica, aumentando os custos de transportes da produção; esse é um ponto a ser atacado. Educação e saúde deficitárias também impactam na produtividade das empresas.

Alfredo Zamlutti Jr. é empresário do setor turístico e pecuarista no Pantanal, como criador de gado de raça em parceria com Zezé Di Camargo e outros. Como homem público, foi titular da Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura municipal de Corumbá na primeira administração Ruyter Cunha de Oliveira. Como colaborador dos esportes foi presidente do Corumbaense Futebol Clube e da Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul.

Perfil da Federação:

- **Data de fundação:** 9 de dezembro de 1978
- **Associações filiadas:** 59
- **Empresas associadas:** 12.500
- **Capital social:** mais de 128 mil trabalhadores
- **Setor associado em maior peso:** Comércio
- **Lema:** fortalecimento do associativismo e do empreendedorismo

“Chegamos à conclusão de que a interação com as federações de outros setores da economia local poderá nos fornecer as ferramentas tecnológicas necessárias para o desenvolvimento das empresas ligadas à Federação”

Quais são os principais entraves para o crescimento do estado? E as principais oportunidades?

O gargalo logístico é o principal entrave. O escoamento da produção esbarra em rodovias de má qualidade com um alto índice de acidentes. A carga tributária alta é outro entrave que precisa ser analisado com atenção. Por outro lado, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo do estado precisam ser mais bem avaliados e redirecionados para outras regiões do Mato Grosso do Sul.

Como a Faems se posiciona perante as principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas e microempresas? Quais os principais obstáculos?

A capilaridade da Faems é excelente e vai nos ajudar a desenvolver uma rede de apoio às empresas associadas por meio de treinamentos, consultoria e assessoria com apoio de técnicos do Sebrae. Conhecendo as dificuldades das empresas poderemos oferecer sustentação administrativa e capacitação de colaboradores permanentemente, tudo isso aliado a um programa de geração de receita. Nossa expectativa é altamente positiva.

De que forma a universalização do Simples deverá repercutir nas empresas do Mato Grosso do Sul?

A aprovação e sanção da nova lei abre uma ampla janela de perspectivas positivas de que o empresariado ainda não tomou conhecimento inteiramente. Todos os itens que se constituem na linha mestra da nova

lei poderão repercutir positivamente de maneira muito rápida nas empresas do estado.

De que maneira os resultados das eleições podem afetar o setor produtivo brasileiro?

O empresariado espera que o presidente eleito esteja comprometido com as agendas apresentadas pelo setor produtivo em seus diversos segmentos, focando, principalmente, em duas vertentes: reforma tributária e política e eliminação dos gargalos logísticos.

Quais investimentos ainda precisam ser feitos para incentivar a produção rural?

O governo tem procurado apoiar o agronegócio com crédito rural e, em alguns estados, melhorado a infraestrutura logística. Entendemos que precisa haver maior apoio com investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade. Dessa forma o produtor rural será conduzido à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural.

A Federação tem conseguido atender às demandas do interior do estado?

Iniciamos nossa gestão preocupados em oferecer às entidades do interior oportunidade real para atendimento de suas principais demandas. No entanto, ainda estamos no início desse trabalho, iniciando também um levantamento de necessidades que vai balizar nossa atuação nos próximos anos.

OUTUBRO/2014 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender

Foto: Sebrae no Rio de Janeiro

OLIMPÍADAS 2016

Oportunidades para os
pequenos negócios

Porta-copos da
Mosaico Brasil

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas



COOPERATIVAS

PEQUENOS NEGÓCIOS SÃO MERCADO POTENCIAL

Diretor do Sebrae alerta para a necessidade de escala e investimentos em tecnologia da informação

SEBRAE NO AMAZONAS

Os pequenos negócios brasileiros somam, atualmente, 9,4 milhões de empresas formais e serão 26 milhões em 2022. Esse é o mercado e o futuro para as cooperativas de crédito e bancos. Este dado foi ressaltado pelo diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, ao falar sobre A Importância dos Pequenos Negócios para o Cooperativismo Financeiro, durante painel que consistiu da programação do 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo de Crédito (Concred), realizado em setembro, em Manaus.

Para o diretor do Sebrae, as cooperativas financeiras podem e devem ser melhores que os bancos. “Embora tenham diferenciais genuínos, como proximidade, capilaridade e atendimento personalizado, ter escala é fundamental para diluir custos e oferecer opções mais acessíveis que os bancos convencionais”, ressaltou. Ele destacou ainda que, na indústria de serviços financeiros, torna-se essencial criar sinergia para garantir ganhos de eficiência.

Mesmo com essa perspectiva, apenas 23% dos associados das cooperativas financeiras estão em cidades com mais de 250 mil habitantes. Por

isso, outro grande desafio é a expansão das cooperativas nos grandes centros. “A cooperativa de crédito precisa ser o que é em sua essência, a reunião de várias pessoas em torno de um objetivo comum, pois individualmente não seria viável uma solução”, ponderou Carlos Alberto.

O painel foi moderado pelo presidente do Sicoob Norte, Ivan Capra, que destacou necessidade de maior esforço das cooperativas financeiras em confiança e infraestrutura tecnológica. “As cooperativas precisam trabalhar muito a relação de confiança com seus cooperados. Além de ser preciso parecer confiável”, enfatizou. **E**

SISTEMA SGC VIABILIZA R\$ 68 MILHÕES A PEQUENOS NEGÓCIOS

Sebrae destaca a importância do acesso às garantias para ampliação do crédito

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

As nove Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) em atividade no Brasil já foram responsáveis pela concessão de 1.820 operações no valor de R\$ 68 milhões. Os dados deste ano foram apresentados pelo presidente do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) do Sebrae, Roberto Simões, na abertura do 19º Fórum Ibero-Americano de Sistemas de Garantia e Financiamento, que ocorreu na Espanha.

Segundo ele, do total de crédito garantido, 59% foram utilizados para lastrear empréstimos destinados a capital de giro, 27% a investimentos e 14% a crédito de uso misto. Existem também no Brasil três grandes fundos de garantia de crédito para micro e pequenas empresas: FGO, operado pelo Banco do Brasil; FGI, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o Fampe, criado e operado pelo Sebrae.

Sobre a atuação do Sebrae, Simões destacou que a instituição se consolidou como agência de desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil, que são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB). “Atua com programas nacionais de inovação, gestão, acesso a mercados, redes de serviços tecnológicos, encadeamento produtivo, educação empreendedora, inclusão produtiva e acesso a crédito”, assinalou.

Roberto Simões enfatizou também a articulação do Sebrae com os setores público e privado, instituições de ensino e pesquisa, seus programas e linhas de ação. “O Conselho Deliberativo, órgão máximo de sua governança, é plural e inovador. Dele participam representantes das principais confederações do setor privado, do governo federal, dos bancos de fomento e das principais instituições de pesquisa do País”, assinalou. **E**

“GRAÇAS AOS PROGRAMAS DE GESTÃO APOIADOS OU DESENVOLVIDOS PELO SEBRAE, CONSTATA-SE UMA EVOLUÇÃO SEGURA DO GRAU DE SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS, QUE CHEGA A 75,6% NAQUELES QUE COMPLETAM DOIS ANOS DE VIDA”, ROBERTO SIMÕES, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO (CDN), DO SEBRAE.

OLIMPÍADAS 2016, OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Apoio do Sebrae já alcança duas mil micro e pequenas empresas, que terão chances de integrar cadeias produtivas

DIEGO GOMES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Segundo o Comitê Organizador, as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016™ devem movimentar cerca de R\$ 7 bilhões, somente com a contratação de produtos e serviços. Desse total, o Sebrae estima que cerca de R\$ 700 milhões serão gerados pela participação direta de micro e pequenas empresas. Para qualificá-las visando a esses dois eventos, a instituição vem desenvolvendo parceria com o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, ser selecionado como fornecedor significa uma importante conquista, principalmente pelas oportunidades futuras. “A empresa precisa estar preparada para entregar os produtos e serviços no prazo e com a qualidade contratada e certificações previstas. Com isso ganhará experiência e competitividade e passa a integrar a cadeia produtiva de grandes empresas”, afirma.

O empresário Renato Soares de Paula se prepara para aproveitar mais uma oportunidade gerada. Ele espera fornecer crachás e credenciais

às delegações e equipes que estarão nas Olimpíadas. Para a Copa do Mundo FIFA 2014, ele criou, com o apoio do Sebrae, uma série de portas-copos com o desenho das arenas do mundial, que foram vendidos na loja Mosaico Brasil do Rio de Janeiro.

Outra empresária que não quer perder a oportunidade é Solange Mello, dona de um escritório de design. Solange desenvolveu e patenteou o Slim Plastt, produto para ser usado na decoração de interiores e que utiliza revestimento de polipropileno. Com incentivo do Programa Sebrae 2014, ela inovou e desenvolveu um jogo de porta-copo com desenhos de ícones cariocas feitos com o material.

A empresária aproveitou a participação no Sebrae 2014 para diversificar seus produtos e acessar novos mercados. Agora, ela espera fazer negócios durante as Olimpíadas. “A Copa foi uma ótima experiência para diversificarmos nossa produção. Além do mercado de decoração, passamos a conhecer melhor o mercado de souvenirs, mais uma opção de negócios para a empresa”, afirma. **E**

“A EMPRESA PRECISA ESTAR PREPARADA PARA ENTREGAR PRODUTOS E SERVIÇOS NO PRAZO E COM A QUALIDADE CONTRATADA E CERTIFICAÇÕES PREVISTAS. SÓ ASSIM GANHARÁ EXPERIÊNCIA E COMPETITIVIDADE E PASSA A INTEGRAR A CADEIA PRODUTIVA DE GRANDES EMPRESAS”, LUIZ BARRETTO, PRESIDENTE DO SEBRAE

EMPRESÁRIOS UNEM-SE E POTENCIALIZAM NEGÓCIOS

Entre os resultados do grupo estão a redução nos custos das compras, descontos, aumento de fluxo de turistas e a oportunidade de competir com grandes empresas do segmento

SIMONE GUEDES
SEBRAE EM MINAS GERAIS

Treze empresários de pequenos negócios de Conceição do Ibitipoca, na Zona da Mata, unem-se para formar a primeira Central de Negócios do país nos segmentos de turismo e hospitalidade. Entre os resultados contabilizados pelo grupo, estão a melhoria da gestão e aumento do poder de compra.

Desde 2013, o Sebrae Minas, com o apoio da Associação do Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, vem trabalhando na região com o objetivo de mobilizar os empresários para melhorar a gestão dos negócios e o serviços prestados aos turistas. “Faltava mão de obra qualificada, os empresários não tinham controle financeiro e ainda estavam desmotivados. Percebemos que os pequenos

negócios juntos se tornavam mais fortes e mais competitivos”, explica o analista do Sebrae Minas, José Tarcísio Fagundes de Paula.

A Rede Ibitipoca formada pelo grupo é integrada por donos de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, receptivos e o comércio local. Os empresários receberam apoio do Sebrae desde a formação até a capacitação em gestão, formação de preço de venda, atendimento ao cliente e crédito. “O primeiro desafio foi unir os empresários. Por meio de capacitações no âmbito da Cultura da Cooperação, eles perceberam que poderiam ser aliados e não concorrentes”, conta o analista do Sebrae.

Há um ano, o grupo já conseguiu aumentar as compras em 27%, ampliando o desconto com os fornecedores. Outro ganho foi o aumento do número de clientes e, consequentemente, a

contratação de mais funcionários. “Comprando mais, nossos fornecedores davam descontos maiores, o que gerava vantagem para todos. Aumentamos nossos lucros e a taxa de ocupação”, explica o presidente da Central de Negócios, Marcus Marchiori.

Outra conquista do grupo foi a criação do Centro de Informação de Apoio ao Turista, inaugurado em agosto. O espaço também será usado como central de reserva da Rede. “Reformamos o espaço e contratamos uma turismóloga para orientar os interessados sobre as opções de passeios, restaurantes e meios de hospedagens”, conta Marcus. Também foi feito um planejamento de marketing para criação de site e de uma marca própria. “Descobrimos que trabalhar em grupo é um bom negócio”, diz o presidente da Central. **E**

“DESCOBRIMOS QUE TRABALHAR EM GRUPO É UM BOM NEGÓCIO”, DIZ O PRESIDENTE DA CENTRAL DE NEGÓCIOS DA REDE IBITIPOCA, MARCUS MARCHIORI



PROJETO ESTIMULA CULTIVO DE UVA ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES

Capacitação beneficiará produtores de Mossoró e Apodi. A meta é atingir uma produção anual de 60 toneladas de uva

SANDRA MONTEIRO
SEBRAE NO RIO GRANDE DO NORTE

Projetos inovadores estão transformando o modo de vida de pequenos produtores no interior do Rio Grande do Norte. Apoiados por ações do Sebrae, agricultores familiares apostam na diversificação de culturas e encontram uma nova e viável alternativa de convivência com semiárido nordestino. É o caso do projeto de implantação de vinhedos para suco, que estimula o cultivo de uva nos municípios de Mossoró e Apodi. Inicialmente, serão beneficiados 20 produtores, que serão orientados durante três anos. Estima-se a obtenção anual de 60 toneladas do produto.

O projeto está na fase de seleção de áreas e análise de solos. Posteriormente, os pequenos produtores serão capacitados quanto à instrução para sistema de condução e irrigação. O investimento, proveniente do programa SebraeTec, corresponde a R\$ 80 mil nos seis primeiros meses.

“Esta capacitação é mais uma alternativa de oferecer novas oportunidades para os agricultores familiares que estão acostumados a lidar com as culturas tradicionais. A uva é um produto novo na região e tem viabilidade produtiva e comercial. A ideia é promover o desenvolvimento social e econômico local”, afirma o gestor de Fruticultura do Sebrae no Rio Grande do Norte, Franco Marinho.

A inserção da uva como cultura destinada à produção de suco acontece após pesquisas realizadas pela Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), que confirmam a viabilidade técnica do cultivo do produto na região. O trabalho junto aos agricultores familiares será realizado pelo professor doutor da Ufersa e consultor do Sebrae, Django Jesus. Dentro dos objetivos dos projetos, o Sebrae promoveu, durante a Feira Internacional da Fruticultura Irrigada (Expofruit), realizada no campus da UFEASA, em Mossoró, capacitação sobre os cuidados necessários ao cultivo da uva. **E**

“A UVA É UM PRODUTO NOVO NA REGIÃO E TEM VIABILIDADE PRODUTIVA E COMERCIAL”, FRANCO MARINHO, GESTOR DE FRUTICULTURA DO SEBRAE NO RIO GRANDE DO NORTE

O Brasil parou de crescer

Com as exportações e o consumo caindo e os investimentos retraídos, o Brasil, segundo os especialistas, entrou em recessão técnica; previsão do PIB, em 2014, caiu para 0,33%

As previsões do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o crescimento da economia brasileira em 2014 ficaria entre 2,3% e 2,5% mais uma vez não deverão se confirmar. A previsão dos analistas para o crescimento do PIB recuou de 0,48% para 0,33%. Foi a 16ª queda seguida deste indicador. Nos últimos três anos, o PIB teve uma expansão tímida de 2,7%, 1% e 2,5%, respectivamente, menor do que na década de 2000 e 2010, quando, mesmo com duas crises financeiras internacionais, o crescimento médio foi de 3,7% ao ano.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 15 de setembro, cortou suas estimativas de crescimento para as principais economias desenvolvidas e reduziu também sua perspectiva para o Brasil neste ano e no próximo.

Para o Brasil, a OCDE – organização internacional que tem a missão de promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo – reduziu a expectativa de crescimento neste ano para 0,3%, ante 1,8% em maio. Para 2015, a expectativa é de expansão de 1,4%, contra 2,2% anteriormente.

Conforme o relatório da OCDE, “o Brasil caiu em recessão no primeiro semestre. O investimento tem sido particularmente fraco, minado pelas incertezas sobre a direção da política



Montadoras de automóveis enfrentam retração de mercado

após as eleições e a necessidade de que a política monetária controle a inflação acima da meta”.

Para a professora de economia Virene Matesco, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há nada que possa dar ao mercado uma perspectiva positiva. “Há uma tendência de desaceleração da economia. A indústria está parada, o comércio não está vendendo, a agropecuária de modo geral não teve um bom desempenho em relação ao ano passado. Os investimentos tiveram um forte recuo no primeiro trimestre. Ou seja, não há nada que possa dar ao mercado uma perspectiva positiva”, afirmou à BBC.

Para o professor Newton Marques, especialista em macroeconomia da

Universidade de Brasília (UnB), a falta de confiança dos investidores é o fator crucial para a derrocada no crescimento do país. “Os empresários não confiam na atual política econômica, o governo não tem feito bem a lição de casa, a inflação está alta, os juros também; o câmbio está abaixo do que deveria estar”, comentou. Segundo ele, como o período eleitoral reforça as inseguranças, já que ninguém sabe quem ocupará o cargo de presidente da República em 2015, os investidores devem estar aguardando outubro passar para tomar atitudes mais definitivas, sejam elas positivas ou negativas.

Para 2015, a previsão do mercado para a expansão do PIB caiu de 1,10% para 1,04%.

Redução do número de tributos é medida mais urgente

Presidente interino da CACB, Rogério Amato avalia os principais desafios do novo governo a ser eleito neste mês

Em 2010, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) entregou aos então candidatos à Presidência da República o livro “Propostas para o próximo presidente”, contendo grandes questões nacionais que refletem as demandas e expectativas da classe empresarial.

Neste ano, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) elaborou um documento semelhante elencando as demandas prioritárias ao desenvolvimento econômico e social do País que continuam as mesmas: as reformas tributária, fiscal, trabalhista e política. Em entrevista a Empresa Brasil, o presidente interino da CACB, Rogério Amato, avalia os cenários do Brasil para os próximos quatro anos e os principais desafios do novo governo.



Amato: “Talvez a medida mais urgente seja atacar o manicômio fiscal e burocrático, o que exige a redução do número de tributos, acabando com as superposições”

Empresa Brasil: Das demandas sugeridas pela CACB aos presidentes em 2010, houve algum avanço?

Rogério Amato: Houve alguns avanços em relação às propostas da CACB em 2010, especialmente no tocante à simplificação para abertura de empresas e ampliação do Simples. Também no tocante às Propostas para o Próximo Presidente, depois de várias tentativas fracassadas pela posição muito intervencionista do

governo, houve avanços que se materializaram em algumas licitações bem-sucedidas. E espera-se que, nas novas licitações, as condições sejam atrativas para o setor privado, o que permitirá forte expansão dos investimentos em infraestrutura.

Quais as demandas mais urgentes?

Todas as reformas que vêm sendo demandadas pela sociedade são importantes e urgentes: a política, a

tributária e a trabalhista são fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Como é muito difícil realizar reformas profundas, seria importante programar mudanças graduativas em todas essas áreas, mas tendo em vista o objetivo final a ser atingido. Talvez a medida mais urgente seja atacar o manicômio fiscal e burocrático, o que exige a redução do número de tributos, acabando com as superposições, mesmo que num primeiro momento não haja redução da carga

tributária. Se conseguíssemos reduzir os custos burocráticos de se pagar impostos e racionalizar a tributação eliminando entraves aos investimentos, isso representaria um avanço importante para aumentar a competitividade das empresas, a qual poderá ainda ser incrementada com a redução dos gargalos da infraestrutura.

Sobre a simplificação tributária, quais são os próximos passos?

A ampliação do Simples – com a inclusão de novos setores – representa um passo importante na direção de uma reforma tributária, por mostrar que se pode arrecadar mais cobrando menos e de forma mais simplificada. Mas isso esbarra no problema do desenquadramento abrupto, que implica jogar a empresa no manicômio fiscal e burocrático antes que ela tenha musculatura suficiente para suportar a elevada carga tributária e a excessiva burocracia. Somente com uma reforma tributária, mesmo que gradativa, como dito antes, será possível criar condições para o desenvolvimento mais acelerado do país.

De que forma o Simples Trabalhista pode vir a afetar a economia?

A modernização da legislação trabalhista é uma necessidade, porque o mundo no qual ela foi formulada não existe mais. Houve avanço tecnológico e de novas formas de se organizar o trabalho, como a abertura – ainda que moderada – da economia brasileira. Com isso, as empresas nacionais podem competir atualmente, tanto aqui como lá fora, com concorrentes do mundo inteiro que, no geral, não enfrentam encargos trabalhistas como os

nossos – como é o caso da China. É necessário – e possível – avançar bastante na área do trabalho sem tirar direitos dos trabalhadores, mas, pelo contrário, garantindo o mais importante para eles – o emprego –, apenas flexibilizando as relações entre os empregadores e os empregados. É o caso, por exemplo, da terceirização. É igualmente importante garantir a estabilidade das regras, o que não tem acontecido muitas vezes, quando a Justiça do Trabalho legisla em vez de simplesmente aplicar a lei.

Na questão macroeconômica as demandas da CACB não se alteraram muito. O que é mais urgente?

No tocante à área macroeconômica, o ponto mais importante é política fiscal, que tem que ser contracionista, transparente e que garanta um crescimento dos gastos de custeio inferior ao da economia, para permitir mais investimentos e, no futuro, redução da tributação.

O que a CACB propõe para a reforma política?

A reforma política é um tema muito amplo e que exige discussão profunda para não se cair no oportunismo daqueles que querem utilizá-la para promover a “democracia direta”, caminho para o autoritarismo. Como um primeiro passo, poderíamos implantar já nas próximas eleições municipais o voto distrital, ou misto, como um aprendizado para que o eleitor possa acompanhar e cobrar o seu candidato. Regras que possam dificultar a proliferação de partidos ou a sobrevivência daqueles que não atinjam patamar mínimo de representatividade também devem ser discutidas.

“A ampliação do Simples – com a inclusão de novos setores – representa um passo importante na direção de uma reforma tributária, por mostrar que se pode arrecadar mais cobrando menos e de forma mais simplificada”



Nas reuniões do Empreender são sugeridas soluções criativas, inovadoras e adequadas às necessidades das empresas

Apoio a empresários e técnicos ajuda crescimento de empresas

Em Santa Catarina, Empreender Competitivo deu continuidade às visitas aos núcleos setoriais contemplados com o programa que inclui 1.300 empresas de todo o país

Técnicos do Empreender Competitivo (EC) dão continuidade às visitas aos núcleos setoriais contemplados com o programa. Trata-se da segunda das três Rodadas de Acompanhamentos Presenciais, referentes à agenda de projetos do EC 2013/2015. Cerca de 1.300 empresas participam dos 94 projetos contemplados – aprovados no edital de agosto do ano passado. Estima-se que as visitas a cada um dos projetos ocorram até julho de 2015.

Até o momento, 16 núcleos foram

visitados nesta etapa. Anelise Rambo, analista técnica do Empreender, visitou os projetos nas cidades de Joinville, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e Três Barras. Ela explica que a visita não tem função de fiscalização. “É uma ação que busca apoiar empresários e técnicos a alcançar os resultados previstos por meio da execução das ações informadas nos projetos. Com ela podemos sugerir soluções criativas, inovadoras e adequadas às necessidades das empresas, além de aplicar soluções que já deram

certo em outros núcleos setoriais no Brasil”, informa.

A segunda etapa, no entanto, segue até o fim de dezembro deste ano. Pelo menos mais 25 núcleos devem ter acompanhamento. As ações dos projetos começaram a ser desenvolvidas em 2013 e têm continuidade até meados de 2015, quando acaba a terceira etapa com a conclusão das análises em todos os 94 núcleos do Brasil contemplados com o Empreender Competitivo. Atualmente, somente em Santa Catarina são 41 projetos. Por meio do Empreender,

os núcleos recebem recursos financeiros como auxílio para viabilizar diversas atividades voltadas à capacitação dos nucleados, aumento da competitividade, melhorias na gestão, entre outros.

A ideia é que a CACB possa compreender as dificuldades que as empresas e os núcleos setoriais enfrentam, e também suas necessidades frente às rotinas do programa Empreender, sistemas de gestão, utilização dos recursos financeiros e prestação de contas. É uma oportunidade para esclarecer dúvidas e alinhar os grupos para o alcance dos resultados.

O coordenador executivo do Empreender, Carlos Rezende, lembra que “os indicadores demonstram que as empresas tendem a aumentar o faturamento, gerar mais empregos e seguem nesta linha de crescimento, não só econômica e financeiramente, mas também na melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos à comunidade”, finaliza.

Para o consultor dos núcleos setoriais de Santa Catarina, Cristiano dos Santos, a empresa que faz parte do programa só tem a ganhar. “É importante para o empresário ser contemplado e fazer parte do programa. Notamos um crescimento e fortalecimento das empresas. Eles aprimoram a gestão empresarial e administrativa de seus negócios”, comenta.

A empresária Tânia Rubia Welter, da Imobiliária Visão, participante do núcleo de imobiliárias em Joinville, concorda. “Ficamos mais comprometidos, já que a solução é feita em conjunto pelo núcleo setorial. Percebemos que fica mais fácil desenvolver as atividades propostas com as empresas unidas. Assim, mais oportunidades são possíveis”, explica.

Empresas participantes do programa aprimoram a gestão empresarial e administrativa de seus negócios



Estado tem o 6º PIB do país

De acordo com a pesquisa “Santa Catarina em Números”, realizada ano passado pelo Sebrae/SC em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, a economia catarinense reflete índices elevados de crescimento, alfabetização, emprego e renda per capita, significativamente superiores à média nacional, garantindo uma melhor qualidade de vida aos que aqui vivem, mas com contrastes quanto ao desenvolvimento socioeconômico de seus municípios.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2009, o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 129,8 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 8ª posição relativa no ranking nacional. No mesmo ano, a Macrorregião Sul aparece na 5ª posição do ranking estadual, respondendo por 11,34% da composição do PIB catarinense.

Ações começaram a ser desenvolvidas em 2013 e têm continuidade até meados de 2015, quando acaba a terceira etapa com a conclusão das análises em todos os 94 núcleos do Brasil contemplados com o Empreender Competitivo



Emissor Gratuito NFC-e é **case de sucesso da CACB**

Desenvolvido pela parceria entre a CACB, Vinco e software houses, o projeto foi construído para suprir a demanda de um emissor gratuito

Em operação no estado do Mato Grosso, por meio da FACMAT – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso, o case “Soluções em Nuvem com Emissor Gratuito NFC-e” foi apresentado no 1º Seminário da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). Realizado pela Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT), em 3 de setembro, o evento teve como objetivo proporcionar aos contribuintes acesso a vários fornecedores para aprimorar as condições de contratação das soluções que desejam.

Desenvolvido pela parceria entre CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Vinco e software houses, o projeto foi construído para suprir a demanda de um emissor gratuito. “Diferente de como aconteceu com a NF-e, não haverá um emissor gratuito fornecido pelas Secretarias de Fazenda. Diante disso, foi iniciativa da CACB, com adesão da FACMAT, suprir essa demanda realizando uma parceria entre a Secretaria de Fazenda, a Vinco e os desenvolvedores de softwares, buscando um projeto que trouxesse benefícios para toda a rede

envolvida na NFC-e”, explica Leandro Felizali, diretor da Vinco.

O diretor ressalta que a capilaridade da entidade foi o ponto-chave para projetar a execução do emissor em nível nacional. “Buscamos a melhor maneira de construir esse projeto, de forma que atendesse os aproximadamente 2,2 milhões de empresários em todo o país, que estavam entrando na NFC-e sem um emissor gratuito disponível”, afirma.

Segundo Leandro, a Vinco é a responsável por fornecer a tecnologia emissora da NFC-e e padronizar o emissor para todo o Brasil, de forma a evitar a concorrência de escopo. “Com a criação de um emissor padronizado, no modelo que era feito na NF-e, o projeto permite que as software houses possam participar e adequar às suas áreas de expertise, criando um sistema de ganha-ganha, em que todos são beneficiados”, esclarece.

Atualmente a FACMAT, como piloto do projeto nacional, disponibiliza duas versões de softwares para emissão da NFC-e, além das parcerias realizadas para atender a todo o cenário e pré-requisitos do projeto NFC-e em um único ambiente, tais como certificado digital, equipamentos, acesso ao crédito e código de segurança. “Nosso objetivo é facilitar cada vez mais a utilização e acesso aos recursos disponíveis aos empresários do estado para cumprimento das leis, fomentando o setor e impulsionando o mercado”, afirmou Jonas Alves de Souza, presidente em exercício da entidade.

Durante o evento, outras 14 empresas tiveram 15 minutos para apresentar seus cases aos contribuintes e contadores presentes.



Empresas apresentaram projetos relacionados ao tema do seminário

Projeto também foi apresentado em Manaus

O projeto desenvolvido pela parceria entre a CACB, Vinco e ConnectUse foi apresentado também no 1º INOVA NFC-e – Seminário de Inovações Tecnológicas para NFC-e, que aconteceu em Manaus (AM), em 13 de agosto.

O evento, promovido pelo ENCAT – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais e pela Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, buscou divulgar soluções tecnológicas inovadoras para o varejo com o uso da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFCE.

Sérgio Figueiredo, Chefe do Centro de Estudos Econômico-Tributários (CEET – Sefaz/AM), parabenizou a iniciativa da CACB e de suas parceiras. “A solução apresentada é um marco essencial para a massificação da NFC-e, atendendo a uma das premissas básicas do Projeto, que é a disponibilização de sistemas gratuitos, de alta qualidade e com padronização nacional. A disseminação desta solução facilitará imensamente a adoção da NFC-e por microempresas em todo o país”, apontou.

Software simplifica processo de vendas

A NFC-e é um projeto nacional desenvolvido no âmbito do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), criando um novo modelo de emissão de notas fiscais para o consumidor final que elimina a impressão em papel. A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica simplifica o processo de venda, facilita a guarda de arquivos para o consumidor, elimina equipamentos para o comerciante e, para o Fisco, permite ter acesso em tempo real às informações.

Quase todos os estados já aderiram ao projeto, contudo, até o momento, apenas quatro regulamentaram a obrigatoriedade de uso da NFC-e: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A CACB, por meio de suas 27 Federações, está presente em 2.300 municípios e proporciona uma eficiente difusão sistêmica do projeto.



Método Canvas identifica erros de forma ágil e promove a correção de rumo

Câmara planeja ações por meio de **método de negócios inovadores**

Entre as metas destacam-se a promoção de pacto entre empresas pela não judicialização de conflitos, o apoio à advocacia colaborativa e a promoção de mutirões de conciliação empresarial

Os colaboradores da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) participaram de reunião para determinar o planejamento das atividades desenvolvidas pela Rede nos próximos 12 meses. Por meio do suporte técnico da metodologia Canvas – Modelos de Negócios, a equipe trabalhou em conjunto durante a manhã e a tarde do dia 20 de agosto.

O coordenador adjunto da CBMAE, Eduardo Vieira, acredita que o método tenha sido bastante útil. “Por meio do constante processo de pensamento visual e da abordagem do modelo de negócio, utilizando a linguagem do Canvas, foi possível explorar novas

oportunidades, identificar as reais necessidades do mercado e planejar as atividades necessárias para que as metas propostas sejam atingidas”, afirma.

Entre as metas a serem alcançadas pela CBMAE que nortearam o planejamento destacam-se a promoção do pacto entre empresas pela não judicialização, o apoio ao pacto pela advocacia colaborativa, a participação da Semana Nacional de Conciliação realizada pelo CNJ, a realização de mutirões de Conciliação Empresarial, a disponibilização de cursos de Negociação, Mediação e Arbitragem e treinamento de representantes de empresas e a colaboração com o desenvolvimento da certificação de câmaras e mediadores.

Metodologia Canvas

Maria Augusta Orofino, Consultora em Inovação e Modelos de Negócios, foi responsável por orientar o grupo no desenvolvimento do planejamento. “Essa metodologia adota o pensamento visual e a visão do design para enxergar novas possibilidades e inovação”, explica a especialista.

O Canvas, de acordo com Orofino, se fundamenta na determinação de três pontos: I. o perfil do cliente; II. a proposta de valor para responder às necessidades e dores desse cliente e III. os processos e recursos necessários para entregar a proposta de valor. “O Modelo de Negócios Canvas permite identificar a interação entre os processos de entrega e de produção que geram resultados financeiros positivos para a entidade. Inovação de modelo de negócio gera valor, e não novos produtos”, esclarece.

O método traz, ainda, a vantagem de identificar erros de forma ágil, visando a promover a correção de rumo e, a partir disso, buscar o sucesso por meio de novos modelos e hipóteses. Segundo Orofino, isso permite realizar testes rápidos com os mercados, de forma que a recepção

do feedback leve à contínua inovação. “Ao adotarmos a atitude de design, colocamos o cliente em primeiro lugar, assim como suas necessidades e dores. A partir disso, pensamos no produto que desenvolveremos para atender e suprir essas demandas”, declara a consultora.

O Canvas é dividido em nove blocos que descrevem como a empresa ou entidade gera, capta e entrega valor aos clientes. Orofino explica que cada bloco do modelo de negócio é fundamental, para que se gere negócio inovador, escalável e sustentável. “Definimos sustentável como economicamente viável, ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente aceito, isto é, aquilo que tem permitido às organizações, independentemente de seu tamanho, em todo o mundo, inovar.”

Para executar a inovação de modelo de negócios, a empresa ou entidade precisa mudar a sua maneira de pensar e aprender a trabalhar com a experimentação, cujos resultados positivos podem levar algum tempo para serem obtidos. “Quando o futuro é incerto e desconhecido, é no aprendizado contínuo que surgem as oportunidades para se inovar”, pontua a consultora.

Nova metodologia explora novas oportunidades, identifica as reais necessidades do mercado e planeja as atividades necessárias para que as metas propostas sejam atingidas

Perfil da especialista

Maria Augusta Orofino é uma das pioneiras e um dos grandes nomes envolvidos no desenvolvimento de Modelos de Negócio Inovadores e Design Thinking no Brasil. Atua como palestrante ou facilitadora de workshops e treinamentos empresariais em todo o Brasil e no exterior. Nos últimos três anos, Orofino atingiu um contingente de mais de 5 mil pessoas. Mestre em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e Especialista em Administração Pública e Marketing, é consultora organizacional e em empreendedorismo há mais de 20 anos.

Governo prepara subfaixas de tributação dentro do Supersimples

Até 7 de novembro deste ano, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa deverá apresentar ao Congresso uma proposta de um novo modelo para evitar a inadimplência de empresas que excedem os limites de faturamento do sistema



Machado Júnior, presidente do Sescon-SP:
“É necessária uma proposta com fase transitória”

Uma falha na legislação que criou o Simples – a empresa que excede o limite de faturamento, de R\$ 3,6 milhões por ano, é automaticamente excluída do regime de tributação – começa a ser reparada. Até 7 de novembro deste ano, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa deverá apresentar ao Congresso uma proposta de um novo modelo com uma série de subfaixas de tributação.

Na opinião do presidente interino da CACB, Rogério Amato, aumentar o teto para as pequenas e microempresas é indispensável porque a inflação ainda é bastante elevada. Ocorre que isso não resolve o problema daquelas que superam os limites estabelecidos pela Lei Geral. É preciso estudar uma fórmula de desenquadrar de forma gradativa, que dê condições para as empresas se fortalecerem antes de saírem do sistema. “Uma alternativa seria a de ir aumentando gradativamente a alíquota dos impostos que recaem sobre as empresas, assim como as exigências burocráticas, com um prazo razoável para a sua adaptação. Isso não excluiria a necessidade de simplificação do sistema tributário e da burocracia para todas as empresas”, acrescenta.

Um levantamento do IBPT mostra que 62% das empresas que saem do Simples ficam inadimplentes em até dois anos após o saída do regime

A saída do regime significa um aumento médio de 30% na carga tributária, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). No Simples são 20 faixas de tributação diferentes que começam em 4% e vão até 23%. “As empresas não conseguem repassar todo esse percentual de uma hora para a outra, ou seja, precisam absorver parte do custo. Além disso, assumem uma série de outras obrigações acessórias”, afirma Othon de Andrade Filho, diretor de Inteligência Contábil do IBPT.

Um levantamento do Instituto mostra que o receio de partir para o regime normal de tributação tem fundamento – 62% das empresas que saem do Simples ficam inadimplentes em até dois anos após o desenquadramento.

Defasagem

Para o presidente do Sescon-SP, Sérgio Approbato Machado Júnior, é necessária uma proposta com fase transitória, com mudanças mais homogêneas e proporcionais. “Hoje uma empresa com faturamento de R\$ 1.000,00 se encaixa em 10% de imposto. Caso fature R\$ 1.001,00, sai da faixa dos 10% e cai na faixa de 15%. Não há proporcionalidade e não há estímulo para o empresário. A alternativa melhor, no caso deste exemplo hipo-



Saída do regime do Simples significa um aumento médio de 30% na carga tributária das PMES

tético acima, quando o faturamento chegar a R\$ 1.001,00, o contribuinte pagaria 10% de imposto com base em R\$ 1.000,00 e 15% com base em R\$ 1,00. Dessa forma, o empresário poderá gerir de forma mais eficiente seu fluxo de caixa, o seu faturamento. E com isso, o crescimento é incentivado.”

Também é importante, de acordo com o dirigente, que, mesmo que haja o desenquadramento, o montante até o limite continue no regime, e somente a alíquota mude para o excedente, nesse período de transição. Assim, o empresário ganhará forma mais suave e menos brusca, para que haja condições de um planejamento, acrescenta.

Outro aspecto a ser corrigido, aponta Machado Júnior, é a defasagem do limite de faturamento das empresas do Simples. A última atualização ocorreu em 2007, quando o teto passou de R\$ 2,4 milhões para os atuais R\$ 3,6 milhões. Nesse período, a inflação acumulada medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chega a 42,1%.



Ministro Afif corre contra o tempo para viabilizar a proposta de criação de subfaixas

Encadeamento produtivo desenvolve **PMEs no oeste catarinense**

Chapecó, a maior cidade da região oeste catarinense, vai receber o maior programa de estímulo às pequenas e médias empresas ligadas ao agronegócio do sul do país

Chapecó, localizada a aproximadamente 588 quilômetros da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, vai receber o maior programa de estímulo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas ligadas ao agronegócio do sul do país. Viabilizado por meio do Projeto Encadeamento Produtivo, foi desenvolvido pelo Sebrae/SC e a Cooperativa Central Aurora Alimentos.

Em parceria com a Fundação Aury Luiz Bodanese, Senar, SESCOOP, Cooperalfa, Cooperitaipu, Cooperauriverde, Cooper A1, Copérdia, Caslo, Coperio, Coopervil e Siccob, a iniciativa beneficiará 2.500 empresas rurais e mais de 400 pequenas e microempresas urbanas fornecedoras de insumos a produtores de leite, aves e suínos. O contrato anunciado em junho deste ano e formalizado em 15 de setembro assegura investimentos de R\$ 11,7 milhões no período de quatro anos, custeados pelo Sebrae (70%), Aurora (25%) e parceiros (5%).

Segundo o vice-presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, Neivor Canton, inicialmente a parceria entre as cooperativas e o Sebrae/SC dedicou-se ao preparo de produtores rurais por meio do Programa de Desenvolvimento de Empreendedores Rurais Cooperativistas. De setembro em diante serão capacitados os fornecedores e prestadores de serviços, a fim de que



Alcedir Rufatto e Jucelaine Rufatto apresentam seus serviços na Mercoagro por meio do Projeto Encadeamento Produtivo



Fabielly Basso e Luiz Henrique Zatta durante exposição na Mercoagro, por meio do Projeto Encadeamento Produtivo

todos os elos da cadeia produtiva sejam preparados para o desenvolvimento estratégico das empresas.

“O programa criará oportunidades para grandes e pequenas empresas da indústria, do comércio e dos serviços ligadas ao agronegócio”, explicou o coordenador regional oeste do Sebrae/SC, Enio Alberto Parmeggiani. “O encadeamento produtivo permite o crescimento das empresas locais, podendo torná-las, inclusive, exportadoras”, acrescentou.

Nos últimos 45 anos, a Aurora lidera uma ampla cadeia produtiva: além das 12 cooperativas filiadas e de suas 62 mil famílias associadas – todos considerados pequenas empresas pelo Sebrae. A Aurora tem milhares de outros agentes que participam da cadeia, como, por exemplo, na presta-

ção de transporte e coleta de matéria-prima (frangos, leite e suínos).

Com população aproximada de 183.500 habitantes (IBGE, 2010), Chapecó é a maior cidade da região Oeste Catarinense e exerce influência regional, não só sobre o oeste e meio oeste de Santa Catarina (SC), mas também o norte do Rio Grande do Sul (RS) e o sudoeste do Paraná (PR).

Fica localizada na Mesorregião Oeste Catarinense, constituída por 118 municípios, representando 40% do total do estado. Ocupa um território de 25.300km², o que representa 26% da área total catarinense, com uma população de 1,6 milhão de habitantes, com aproximadamente 37% da população residente no meio rural e 63% da população residente no meio urbano.

Estratégia de atuação do Sistema Sebrae tem o objetivo de aumentar a produtividade, a cooperação e a competência tecnológica e de gestão das pequenas empresas inseridas nas cadeias produtivas comandadas pelas grandes empresas

Projeto viabiliza exposição na Mercoagro 2014

Quatro pequenas empresas apresentam seus produtos e serviços nos stands, situados no espaço do Sebrae/SC na Mercoagro 2014. A Fuhr Industrial, de Xanxerê (SC), é uma das quatro empresas que apresentam seus produtos e serviços na Mercoagro 2014, por meio do Projeto Encadeamento Produtivo. Fundado em 2012, o empreendimento atua no ramo de industrialização e recuperação de equipamentos e acessórios para paletização de ração animal, bem como no segmento de manutenção mecânica, hidráulica e pneumática, voltada a indústrias alimentícias.

O gerente administrativo da empresa, Luiz Henrique Zata, destacou que o espaço cedido pelo Sebrae/SC

foi fundamental para divulgar nossa empresa e os serviços oferecidos, além de estreitar o relacionamento com clientes e prospectar potenciais clientes. “Além disso, muitas ferramentas que aprendemos com cursos do Sebrae aplicamos na empresa.”

Outra empresa que participa da exposição é a Rufatto Equipamentos. Com atuação de 18 anos no mercado, o empreendimento, sediado em Xanxerê (SC), atua na área de venda, locação e assistência técnica de equipamentos para impressões e cópias. A empresa presta serviços de impressão e cópia para a Coopercentral Aurora Alimentos (unidade de Xaxim) e, por isso, assinou o termo de adesão para participar do Encadeamento Produtivo.

“Decidimos participar do projeto pela parceria que temos com a Aurora e porque estamos buscando crescimento sólido no mercado. O programa só tem a somar para as empresas”, destacou a empresária Jucelaine Rufatto.

O empresário Alcedir Rufatto complementou que o Encadeamento Produtivo é uma ideia fantástica. “É um grande incentivo para os pequenos negócios. Foi uma grande sacada da Aurora essa parceria com Sebrae, já que a entidade é de confiança e oferece soluções às empresas”, concluiu.

Também expõem no espaço oferecido por meio do Encadeamento Produtivo a Renovigi Engenharia e Sustentabilidade, de Chapecó, e a Multi Software, de Chapecó.

O maior desafio do mundo

Existem bem poucas certezas sobre o futuro do mundo. O certo é que não estaremos livres de eventuais surpresas que mudarão as perspectivas, tanto as políticas quanto os investimentos, e afetarão as relações internacionais. Essas surpresas podem ser choques de um tipo ou de outro – de levantes políticos a guerras, terrorismo ou mudanças abruptas na economia. Ou podem resultar de acidentes ou da natureza. Ou, ainda, consequências de revoluções tecnológicas imprevisíveis que gerarão novas oportunidades.

Entretanto, em meio a esse nebuloso porvir, é inevitável que a demanda por energia aumente drasticamente. E isso significa que, tanto na esfera política quanto tecnológica, os desafios serão decisivos. Afinal, quais as fontes de energia que farão parte de um conjunto capaz de abastecer uma economia estimada em US\$ 130 trilhões, daqui a apenas duas décadas, em comparação à atual, de US\$ 65 trilhões?

É exatamente a resposta a essa pergunta a que se propõe uma das maiores autoridades mundiais sobre o assunto, Daniel Yergin, em seu livro *A Busca*, recentemente editado no Brasil. Ganhador do prêmio Pulitzer, em 1992, pelo livro *O Prêmio: a Busca Épica por Petróleo, Dinheiro e Poder*, em sua nova obra o autor aborda desde o anunciado incremento de consumo de petróleo até o “renascimento das energias renováveis” – e a evolução da tecnologia. Para Yergin, o setor apresentou um

crescimento enorme, mas está chegando a hora em que será preciso demonstrar se as energias renováveis poderão ser comercializadas, de fato, em grande escala.

O economista analisa também outras questões de igual relevância. Uma delas trata da segurança energética e do uso político da energia, como, por exemplo, o que está sendo procedido pelo ditador russo Vladimir Putin em seu confronto com a Europa e os Estados Unidos.

Também são estudados temas como a rápida expansão do gás natural liquefeito (GNL), que está criando outro mercado global de energia, e o gás de xisto (shale gas), que tornou uma escassez iminente nos Estados Unidos no que pode vir a ser abastecimento suficiente para 100 anos. Temas como a era da eletricidade e a mudança climática também são esmiuçados.

De acordo com o autor, em 2030 o consumo de energia no mundo será 75% maior do que é hoje. A demanda por petróleo, por sua vez, será 50% maior. Os números são assombrosos e realmente preocupam. O petróleo vai acabar? Seria ele capaz de provocar um conflito inevitável entre a China e os Estados Unidos? Como a turbulência do Oriente Médio afetará o futuro dos estoques globais? E o potencial de recursos como o vento, o sol e os biocombustíveis? E as mudanças climáticas? Todas essas perguntas nos levam à evidência de que não existem certezas. Apenas uma: atender à demanda irrefreável de energia será mesmo o maior desafio do mundo.

Em 2030, o consumo de energia no mundo será 75% maior do que é hoje. A demanda por petróleo, por sua vez, será 50% maior. Os números são assombrosos e realmente preocupam. O petróleo vai acabar? São questões que o autor se propõe a responder



A BUSCA

Autor: Daniel Yergin
Gênero: Ciência Política
Páginas: 864
Formato: 16 x 23 cm
Editores: Intrínseca
Preço: R\$ 69,90

O perfil do microempreendedor individual no Brasil

Rosival Moreira Fagundes*

Ao analisar a pesquisa Perfil do Microempreendedor individual 2013, disponível em: <http://www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas>, realizada pelo Sebrae Nacional, constatamos um importante crescimento do empreendedorismo no Brasil, sobretudo no interesse pela formalização. O microempreendedor individual (MEI) é a figura jurídica que vem se destacando como o principal caminho para aquelas pessoas que estão de olho nas oportunidades que o mercado oferece às empresas legalizadas. Em todo o país, é intenso o atendimento do sistema Sebrae para os microempreendedores individuais, tornando-os clientes mais numerosos. Há uma tendência crescente para serviços de orientação, consultorias, cursos de gestão, finanças, compras, vendas, e outros direcionados para o acesso ao mercado e acesso ao crédito.

Segundo dados da pesquisa de 2013, do total dos 3,3 milhões de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino. As mulheres estão empreendendo com toda força no setor do comércio (42%), serviços (39%) e na indústria (18%). As atividades preferidas pelas mulheres são: comércio de artigos de vestuário (17,4%), serviços de cabeleireiros e atividades de estética (17,1%). Quanto ao público masculino, a participação maior é na construção civil e no comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. As dez atividades mais

procuradas pelos empreendedores individuais são: comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, cabeleireiros, obras de alvenaria, lanchonetes e casas de chá, sucos e similares.

Também são procuradas outras atividades: tratamento de beleza, minimercados, mercearias e armazéns, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, instalação e manutenção elétrica, fornecimento de alimentos preparados para o consumo domiciliar e comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumes e de higiene pessoal.

Quanto à escolha da localização para o funcionamento do negócio, os números indicaram que 48,6% dos MEI atuam em sua própria casa; 30,2% atuam em um estabelecimento comercial; 10,7% exercem a atividade na casa ou empresa do cliente; 8,9%, na rua; e 1,5% atuam em feiras ou em shoppings populares. Antes de se formalizar, em 2013, a principal ocupação dos microempreendedores individuais era: empregados de carteira assinada (40,6%), microempreendedores informais (30,6%), empregados sem carteira assinada (16,3%), dono (a) de casa (6,5%), servidor público (2,0%), estudante (1,8%), desempregado (1,1%) e aposentado (0,3%). Uma pesquisa realizada em 2013 revela que, questionados sobre o principal motivo para se tornar empreendedor individual, 42,5% responderam “ter uma empresa formal” e 21,5% responderam “os benefícios do INSS”.

As principais dificuldades apontadas na pesquisa foram: “conseguir cré-

dito/dinheiro emprestado” (21,2%); conquistar clientes/vender (13,4%); “administrar meu negócio” (6,7%); concorrência (4,6%); “cumprir as obrigações legais” (3,6%). Porém, a principal dificuldade encontrada foi o acesso ao crédito/tomar dinheiro emprestado, o que explica o fato de que somente 12,5% dos microempreendedores individuais tentaram buscar empréstimo e conseguiram. Vale ressaltar que, no Brasil, muitos empreendedores precisam vender o patrimônio, a casa, o carro, para conseguir o capital necessário aos investimentos, enquanto isso, os bancos públicos preferem emprestar o dinheiro a grandes empresas. O registro como empreendedor individual impactou positivamente os negócios em 2013.

Diante da formalização houve mudanças em quatro aspectos importantes ligados ao negócio, como o aumento do faturamento, melhores condições de compra, ampliação e possibilidade de venda para o governo, elevação da frequência de vendas para outras empresas. Vale aqui ressaltar que o aumento das vendas (68%) foi significativo para a maioria dos microempreendedores, após a formalização. Com as novas alterações na Lei Geral das MPE, previstas para o ano de 2015, cria-se um ambiente mais favorável para o desenvolvimento dos microempreendimentos.

**Mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social-UFBA e especialista em Gestão Empresarial – Universidade São Gonçalo-RJ*



INCENTIVADOR OFICIAL DO
EMPREENDEDOR BRASILEIRO



FUTEBOL É COM O TITE. PEQUENOS NEGÓCIOS, COM O SEBRAE.

Todos os dias, milhares de empreendedores entram em campo para buscar o sucesso nos seus negócios e o Sebrae existe para que suas chances de vitória sejam cada vez maiores.

**Procure o Sebrae, especialistas
em pequenos negócios.**

0800 570 0800





Como inovar?



fornecedores?



Concorrência?



Calma.



Acesse o portal
de educação A distância
do sebrae.



E o melhor de tudo: **é grátis.**

O portal de educação a distância do Sebrae inovou.

Agora com cursos durante o ano inteiro, vagas ilimitadas e início imediato. E ainda oferece tutores para esclarecer suas dúvidas.

Tudo prático, interativo e o melhor: gratuito.

Clique, aprenda e empreenda.

